

A importância da realização da conciliação para o pequeno varejo

Henrique Carbonell (*)

Uma boa gestão financeira já é tarefa árdua por si só. Exige controle, visão e disciplina. A dificuldade então aumenta quando a parte de conciliação bancária e de cartão é negligenciada.

Essa falta de certificação das vendas pode gerar prejuízos enormes ao lojista. Estima-se que 3% das vendas feitas em cartões podem ser perdidas por equívocos e falhas nos sistemas das operadoras, segundo levantamentos de mercado. Só por esse aspecto já dá para ter uma noção de quão importante é realizar essa gestão.

Em nos dias atuais, mais do que nunca, é importante conciliar as vendas efetuadas no cartão, seja na modalidade crédito ou débito. Antigamente, o varejista, sobretudo de pequeno porte, tinha uma margem que possibilitava erros. Hoje, isso não é mais permitido e o varejo precisa realizar o controle de forma muito mais atenta. Prova disso são os dados que comprovam o peso das compras feitas com cartão.

Só em 2017, essas operações somaram R\$ 1,36 trilhão, de acordo com dados da Abecs, associação das empresas de cartões. Isso significa que 32,6% das compras foram feitas por esse meio de pagamento. Com esses números, é visível que a gestão de hoje não pode ser mais como era há 10 anos.

Entre alguns dos motivos para uma boa gestão na conciliação de vendas feitas por cartão estão a possibilidade de localizar possíveis fraudes em operações efetuadas ou cobranças duplicadas. Os processos de captura, autorização, provisionamento e liquidação financeira dos cartões são complexos e contam com a integração de diferentes tecnologias, que envolvem adquirentes, bandeiras, emissores e bancos. Ou seja, um ecossistema extremamente profundo.

Mas muitos varejistas ainda negligenciam a conciliação bancária e das vendas por cartão na gestão financeira da loja. Muitos não entendem a importância e não têm a noção que perdem dinheiro por não identificar as falhas. Isso acontece, sobretudo, por des-

conhecimento com as novas ferramentas que existem hoje.

Além disso, ter a visibilidade com a gestão do recebível impacta diretamente sobre o controle financeiro como um todo. Visualizar sobre o fluxo de recebimentos futuros permite adequar e atender necessidades pontuais de caixa e ainda ter em mãos informações confiáveis para auxiliar na tomada de decisão. E isso são algumas das principais ferramentas das quais todo administrador deve ter à sua disposição. Outro aspecto importante dessa questão diz respeito às fraudes.

Atualmente ninguém está imune a essas ocorrências, sejam elas internas ou externas. Se no comércio eletrônico é importante se proteger contra o uso indevido de cartão, que resulta em prejuízo dobrado - perda do produto e ainda débito por chargeback -, no varejo, as fraudes podem acontecer por causa de operadores e vendedores mal-intencionados, que simulam vendas para depois cancelá-las ou mesmo registram compras que nunca aconteceram.

Sobre esse último aspecto, a atenção deve ser redobrada. Segundo já informou o SPC Brasil e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, 29% dos comerciantes e prestadores de serviços já enfrentaram algum tipo de problema ao realizarem vendas nos cartões de crédito e débito, vale alimentação ou por meio de pagamentos online. Por isso, o cuidado deve ser, especialmente, maior nesse quesito.

Por esses motivos, é importante que o varejista, principalmente o de menor porte, tenha a consciência que a realização da conciliação das vendas por cartão não significa apenas uma melhor gestão da operação, mas um ganho de produtividade que irá resultar em ganhos financeiros. E deve ser feito com as ferramentas adequadas. Ao implantar controles e processos, o lojista pode reduzir em até 70% o tempo gasto para conciliar as vendas com cartões.

Isso sem contar os benefícios de ter informações confiáveis e em tempo real dos recebíveis de cartões.

(*) - É sócio-fundador da Finanças 360*, especializada em sistema de gestão financeira com conciliação automática de vendas por cartão para o pequeno e médio varejo (www.financas360.com.br).

Proposta diminui IR de taxistas para compensar aplicativos

Um projeto em tramitação no Senado quer garantir que os motoristas de táxi paguem menos Imposto de Renda

A proposta seria uma espécie de compensação pelo impacto causado aos taxistas com a legalização dos aplicativos de transporte individual de passageiros como Uber, Cabify e 99Pop. O texto está em análise na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Pelo projeto, fica concedido um benefício temporário de cinco anos para a categoria dos taxistas, período em que haverá redução, de 60% para 20%, do percentual de renda líquida tributável desses trabalhadores.

Ou seja, se hoje o motorista de táxi paga IR sobre 60% dos ganhos brutos com a atividade, passará a pagar apenas sobre 20% de seus rendimentos. “Mesmo considerando que o Brasil já oferece inúmeras



O relator considerou a iniciativa um “alívio” aos taxistas.

vantagens aos taxistas. Nós estamos falando de uma transição, para atender inclusive à Lei de Responsabilidade Fiscal,

por um período de cinco anos. É fazer com que o taxista possa, com essa desoneração, ter melhor condição de concorrência

no mercado”, explicou o autor do projeto, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), ao apresentar a proposta.

O relator na CAS, senador José Pimentel (PT-CE), considerou a iniciativa um “alívio” aos taxistas, que pagarão menos imposto mensalmente na forma de carnê-leão. Ele destacou que a vantagem temporária não afeta outras já concedidas à categoria. “O taxista vai poder utilizar eventuais sobras na modernização do serviço de táxi, sem afetar a isenção do IPI na aquisição de veículo novo”, frisou Pimentel em seu relatório. Depois de aprovada na CAS, a proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde recebe decisão terminativa (Ag. Senado).

Adequação ambiental para casas populares

Os novos programas habitacionais do governo podem ser obrigados a manter planos de adequação ambiental. As regras estão previstas no projeto que está pronto para ser votado na Comissão de Meio Ambiente do Senado. O texto também impõe a destinação de espaços para o funcionamento de empreendimentos individuais ou coletivos voltados à geração de trabalho e renda. O projeto da ex-deputada Moema Gramacho (PT-BA) é relatado na CMA pelo senador José Medeiros (Pode-MT). Exige dos empreendimentos medidas como gestão de resíduos sólidos, aproveitamento da água de chuva, reuso de águas servidas e geração de energia solar. O texto também prevê a destinação de espaços para o funcionamento de associações profissionais, cooperativas e microempresas individuais ou coletivas.

“A gestão dos resíduos sólidos e o reuso de águas de chuva são estratégias que podem reduzir o consumo e direcionar o uso de água potável a usos mais nobres, como água de beber, preparo de alimentos e higiene pessoal”, argumenta José Medeiros no relatório. Depois da CMA, o projeto segue para a Comissão de Desenvolvimento Regional (Ag. Senado).

Candidatura de Lula é alvo de 16 contestações no TSE

O prazo para contestar o registro de candidatura do ex-presidente Lula se encerrou na noite de quarta-feira (22). Ao todo, foram feitos 16 questionamentos no TSE sobre a elegibilidade do candidato do PT à Presidência da República. O TSE deve publicar em breve um edital de intimação, com todas as contestações, a partir do qual começa a contar o prazo de sete dias para que a defesa de Lula responda aos questionamentos.

Dos questionamentos apresentados, sete são impugnações protocoladas por outros candidatos, partidos, coligações ou pelo Ministério Público Eleitoral (MPE). Entre as impugnações, está a da procuradora-geral, Raquel Dodge, que é também procuradora-geral Eleitoral. Dodge afirma que Lula está enquadrado na Lei da Ficha Limpa, por ter sido condenado na segunda instância da Justiça Federal por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, razão pela qual não está apto a disputar a eleição.



Ministro Luís Roberto Barroso concentrar as ações que questionam candidatura de Lula no TSE.

As demais impugnações, com argumentos análogos, foram feitas pelo candidato à Presidência pelo PSL, Jair Bolsonaro, e sua coligação; por um deputado estadual do Partido Novo; e por candidatos à Câmara pelo Podemos, PSL e DEM. Outras nove das 16 contestações são as chamadas “notícias de inelegibilidade”, em que qualquer cidadão pode informar ao TSE sobre situações que prejudiquem a candidatura de algum candidato ao pleito deste ano. Todas elas abordam a mesma

condenação de Lula. Pelo calendário eleitoral, o TSE tem até o dia 17 de setembro para julgar os pedidos de registro de candidaturas. Este também é o prazo final para que os partidos substituam nomes nas chapas, exceto em caso de morte de candidato. Como relator, caberá a Barroso ditar o ritmo de julgamento no TSE. Observados os prazos, a previsão é que o julgamento ocorra no começo de setembro, após o início do horário eleitoral na TV (ABR).

Eleitor brasileiro que vive no exterior terá 1,4 mil urnas para votar

Em parceria com a Justiça Eleitoral, o Ministério das Relações Exteriores organizou o esquema de votação para os 500.728 brasileiros, que vivem no exterior e estão cadastrados para as eleições de outubro, possam votar em outubro. Serão enviadas 1.424 urnas a 125 países, num total de 743 seções distribuídas em 171 cidades. O eleitorado brasileiro no exterior em 1989, que era de 18.492 pessoas, aumentou para 500.728 em 2018, registrando elevação de 2.707%.

Mais 33 seções eleitorais adicionais foram abertas em regiões com grande concentração de brasileiros, nas quais não há representação consular permanente, como Florença e Veneza, na Itália; Colônia e Hamburgo, na Alemanha; Orlando, Salt Lake City e Frammingham, nos Estados Unidos, Winnipeg, no Canadá; e Vale do Bekaa, no Líbano.



Brasileiros votam na Casa do Brasil, em Madri.

O Itamaraty já colocou à disposição sete vídeos informativos sobre as eleições com o objetivo de esclarecer as dúvidas. A série traz dados gerais sobre o voto no exterior e informações de utilidade pública. Nos vídeos, há um histórico sobre o processo de alistamento e transferência eleitoral no exterior, detalhes sobre a plata-

forma, pela qual cerca de 76 mil brasileiros foram cadastrados, que facilitou a regularização da situação eleitoral.

Também são retratadas as especificidades na organização de eleições fora do país e os desafios enfrentados em diferentes regiões, como América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia (ABR).

Marina: educação é prioridade número 1

Brasília - A candidata da Rede à Presidência da República, Marina Silva, afirmou ontem (23), que a educação de qualidade para a primeira infância, ensino fundamental e médio será a prioridade número um de seu eventual governo. Ela defendeu também o ensino em período integral, quando o aluno permanece na escola nos dois turnos, e mais investimentos para a arte e o esporte nas escolas.

“Sabemos que o que faz a diferença na vida de uma pessoa é a educação. É ela que gera igualdade de oportunidades”, disse em visita a uma escola de ensino fundamental pública no Gama, região administrativa de Brasília. No local, Marina acompanhou o projeto Cordas do Gama e assinará uma carta de compromisso com a Rede Nacional de Primeira Infância. Em discurso, Marina relembrou sua biografia, citou momentos de dificuldades em sua vida e disse que, sem a oportunidade de estudar, mesmo que aos 16 anos quando se alfabetizou, não estaria onde está (AE).

Senado autoriza busca em imóveis de Cristina Kirchner

O Senado da Argentina autorizou a vistoria dos imóveis da ex-presidente Cristina Kirchner. As operações de busca e apreensão foram solicitadas no âmbito das investigações de corrupção em que a atual senadora está envolvida. Devido ao seu cargo no momento, o Senado precisava autorizar a vistoria, já que Kirchner tem imunidade parlamentar.

O pedido foi feito pelo juiz Claudio Bonadio, que investiga o “escândalo dos cadernos da corrupção”, há duas semanas. Na semana passada, a votação fracassou por falta de quórum. Já dessa vez, a decisão foi unânime e não contou com abstenções, graças a uma carta da própria ex-presidente aos senadores aceitando a medida. A sessão durou mais de seis horas, teve 24 parlamentares inscritos como oradores, incluindo Kirchner, que disse ser “a primeira mulher presidente e primeira senadora a sofrer uma invasão” desse tipo.

No discurso de 45 minutos, ela afirmou também ser vítima de perseguição política e questionou a real validade dos “cadernos da corrupção”. O escândalo em questão envolve oito cadernos usados por um ex-motorista do Ministério do



A ex-presidente diz ser alvo de “perseguição política”.

Planejamento que anotava todas as viagens feitas por ele para entregar sacolas com dinheiro durante o período kirchnerista. As quantias teriam sido dadas por empresários a funcionários do governo para obter concessão de obras públicas.

Os cadernos deram início a uma série de buscas e prisões de funcionários do governo e empresários, algo comparável à Lava Jato no Brasil. Cristina Kirchner foi a primeira mulher eleita e reeleita presidente da Argentina e hoje atua como senadora. Ela sucedeu seu falecido marido, Nestor Kirchner, que governou entre 2003 e 2007 (ANSA).

Para assegurar recursos, partidos priorizam ampliação na Câmara

A maioria dos 35 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu privilegiar candidaturas a deputado federal nas eleições deste ano. O foco em ampliar o tamanho das bancadas na Câmara dos Deputados tem como meta assegurar o acesso a recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), que soma R\$ 1,7 bilhão.

A partir de 2019, uma nova regra prevista na Emenda Constitucional 97, de 2017, estabelece a chamada cláusula de desempenho. Por esta regra, apenas partidos com nove deputados eleitos ou com pelo menos 1,5% dos votos válidos para Câmara dos Deputados,

distribuídos em pelo menos nove estados, poderão receber recursos do fundo. Esses critérios impediriam 14 partidos de contar com uma fatia do fundo neste ano.

O MDB, que pelas regras atuais tem direito à maior fatia do fundo (R\$ 230,9 milhões), já informou ao TSE que pretende destinar R\$ 1,5 milhão para apoiar candidatos à Câmara que exerçam ou tenham exercido mandato nesta legislatura (2015-2019). A bancada atual da legenda conta com 51 deputados federais. Com direito a R\$ 212,2 milhões – segunda maior parte –, o PT também pretende impulsionar candidaturas à Câmara, direcionando, pelo menos, 35% desse valor (quase

R\$ 75 milhões) a candidaturas ao cargo de deputado federal. O PT é hoje o partido com a maior bancada na Casa: 61 deputados.

Alguns partidos admitem ainda que os deputados redistribuam os recursos a quem têm direito para outros candidatos no partido ou na coligação. Segundo resolução aprovada pelo TSE, os recursos são transferidos aos candidatos pelos partidos após a direção executiva nacional aprovar e apresentar os critérios definidos para a aplicação dos recursos. O único critério exigido de todos os partidos é a destinação de, pelo menos, 30% dos recursos para candidaturas femininas, incluídas as proporcionais e as majoritárias (Ag. Câmara).